



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA de São Carlos**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL**  
**RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760**

### SENTENÇA

Processo Digital nº: **0002171-51.2018.8.26.0566**  
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Telefonia**  
 Requerente: **MARIA LUCIA TONELLI & CIA LTDA - ME**  
 Requerido: **Telefônica Brasil S/A**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Silvio Moura Sales

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

### D E C I D O.

Trata-se de ação em que a autora alegou que possui linha telefônica junto à ré, e que em data que especificou recebe visita de um representante da ré para alteração de seu plano por um mais vantajoso pelo valor de R\$89,90, o que aceitou.

Alegou ainda que posteriormente ao receber a fatura com vencimento para fevereiro de 2018, foi-lhe cobrando um valor maior do que aquele ajustado, com o que concordou.

Tentou resolver o problema diretamente com a ré mas não obteve êxito.

A hipótese vertente concerne a relação de consumo, preenchidos que estão os requisitos dos arts. 2º e 3º do Código de Defesa do



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

Consumidor.

Aplica-se por isso, dentre outras regras, a da inversão do ônus da prova (art. 6º, inc. VIII, parte final, do CDC), a qual leva em conta a hipossuficiência do consumidor sob o ângulo técnico e não econômico.

É o que leciona **RIZZATTO NUNES**:

*“A vulnerabilidade, como vimos, é o conceito que afirma a fragilidade econômica do consumidor e também técnica. Mas hipossuficiência, para fins da possibilidade de inversão do ônus da prova, tem sentido de desconhecimento técnico e informativo do produto e do serviço, de suas propriedades, de seu funcionamento vital e/ou intrínseco, dos modos especiais de controle, dos aspectos que podem ter gerado o acidente de consumo e o dano, das características do vício etc.”* (“Comentários ao Código de Defesa do Consumidor”, Ed. Saraiva, 2011, p. 218).

Como a autora ostenta esse status em relação à ré, relativamente aos fatos trazidos à colação, aquela norma tem incidência na espécie.

A preliminar arguida pela ré em contestação fica rejeitada pela regularização do polo ativo conforme manifestação da autora de fl. 72.

No mérito, observo que a ré não demonstrou satisfatoriamente a legitimidade do débito em apreço.

Limitou-se em genérica contestação a asseverar que não houve falha a seu cargo, mas sequer se pronunciou específica e concretamente sobre os fatos trazidos à colação, o que seria de rigor.

Como se não bastasse, deixou não só de refutar que a contratação levada a cabo com a autor se tivesse dado da forma como ela declinou a fl. 01 como também não amealhou prova minimamente consistente de que a mesma sucedeu em nível diverso.

O quadro delineado conduz ao acolhimento da pretensão deduzida, porquanto não obstante reunindo plenas condições técnicas para patentear que o ajuste com a autor se deu de maneira a lastrear a fatura impugnada ela não o fez.

Prevalecerão, pois, os termos informados a fl. 01 para que seja assim disciplinada a relação jurídica entre as partes.

O único ponto que assiste razão a ré e quanto a velocidade da internet contratada pela autora, eis que não há qualquer demonstração pela autora que esse serviço não esteja sendo fornecido a contento, nos moldes contratados.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE** a ação para declarar a inexigibilidade do débito especificado a fl. 01 e para determinar que a ré expeça nova fatura decorrente do contrato firmado com a autora, e que teve vencimento em fevereiro de 2018, devendo a mesma ter o valor de R\$89,90, observando-se a ainda a emissão com antecedência de 10 dias do vencimento.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

Torno definitiva a decisão de fls. 13/14, item 1, mas dou por cumprida a obrigação à vista dos documentos de fls. 58/64.

Transitada em julgado, intime-se a ré pessoalmente para cumprimento da obrigação de fazer ora imposta (Súmula nº 410 do Superior Tribunal de Justiça).

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

Publique-se e intemem-se.

São Carlos, 09 de agosto de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**